

PENGUIN



CLÁSSICOS

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

O MANIFESTO COMUNISTA



KARL MARX nasceu em Trier, a 5 de maio de 1818. Filho de um advogado judeu recém-convertido ao cristianismo, estudou Direito e Filosofia em Bona e em Berlim. Em outubro de 1842, tornou-se editor do jornal *Rheinische Zeitung*, mas o ambiente censório da época forçou-o à demissão. Casou-se, em 1843, com Jenny von Westphalen, com quem teve sete filhos; apenas três chegaram à idade adulta. Em 1844, o casal viajou para Paris, de onde Marx foi banido devido ao seu envolvimento em atividades revolucionárias, e foi para Bruxelas, onde permaneceu até 1848. Na primavera de 1847, Marx e Friedrich Engels, cuja colaboração começara em 1844, juntaram-se à Liga Comunista, e, por ocasião do segundo congresso da organização, redigiram *O Manifesto Comunista*. Exilado em Londres a partir de 1849, Marx procurou subsistir da escrita, mas continuou a depender financeiramente de Engels. Trabalhou sem parar em *O Capital*, cujo primeiro volume foi publicado em 1867; o segundo e o terceiro volumes, porém, seriam coligidos por Engels após a sua morte, a partir dos manuscritos incompletos e das notas que deixou. Karl Marx morreu em Londres a 14 de março de 1883.

FRIEDRICH ENGELS nasceu na Vestfália a 28 de novembro de 1820, o mais velho de nove filhos de um industrial têxtil. Cumpriu um ano de serviço militar em Berlim e, em 1841, ingressou na universidade da mesma cidade. Em 1842, viajou para Manchester a fim de representar a empresa da família. Os dois anos que aí passou a visitar fábricas e a conversar com os trabalhadores e, em particular, a sua relação de vinte anos

com Mary Burns, uma operária, inspiraram *The Condition of the Working Class in England in 1844*. No regresso a casa, em 1844, Engels passou por Paris, onde conheceu Karl Marx: teve início uma frutífera colaboração intelectual que duraria até à morte de Marx. Em 1847, compõem as primeiras versões d'O *Manifesto Comunista*. Depois de integrar as revoluções alemãs, Engels regressou a Manchester, onde permaneceu até 1870, ano em que se mudou para Londres. Trabalhou com relutância na empresa que pertencera ao pai, para ajudar Marx financeiramente. Depois da morte deste, preparou os volumes inacabados de *O Capital* para publicação. Friedrich Engels morreu em Londres, em 1895.

BRUNO C. DUARTE é doutorado em Filosofia pela Université Marc Bloch — Strasbourg. Foi investigador convidado nas áreas de filosofia e estudos literários na Freie Universität Berlin e na Brown University, e Fulbright Visiting Scholar na Johns Hopkins University. Traduziu Friedrich Hölderlin, Heinrich von Kleist, Friedrich Schlegel, Georg Büchner, Erich Auerbach, Rainer Maria Rilke, Thomas Bernhard, entre outros.

JOSÉ NEVES é historiador, sendo professor no Departamento de História da NOVA-FCSH. É investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição e do Laboratório Associado IN2PAST. Dedicando-se à Teoria da História e também estudioso da história do comunismo em Portugal, foi autor de *Comunismo e Nacionalismo em Portugal* (Tinta-da-china, 2008) e tem também contribuído para a publicação e estudo do marxismo (Karl Marx, *Crítica do Nacionalismo Económico*, Antígona, 2009; José Neves [coord.], *Da Gaveta Para Fora — Ensaios sobre Marxismos*, Afrontamento, 2006).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	vii
NOTA DO TRADUTOR	lv
O MANIFESTO COMUNISTA	1
PREFÁCIO	3
[Edição alemã de 1872]	
PREFÁCIO	7
[Edição russa de 1882]	
PREFÁCIO	11
[Edição alemã de 1883]	
PREFÁCIO	13
[Edição inglesa de 1888]	
PREFÁCIO	27
[Edição alemã de 1890]	
PREFÁCIO	37
[Edição polaca de 1892]	
PREFÁCIO	41
[Edição italiana de 1893]	

O MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA	47
I BURGUESES E PROLETÁRIOS	51
II PROLETÁRIOS E COMUNISTAS	81
III LITERATURA SOCIALISTA	
E COMUNISTA	103
1. O socialismo reacionário	103
<i>a) O socialismo feudal</i>	103
<i>b) Socialismo pequeno-burguês</i>	107
<i>c) O socialismo alemão ou</i> <i>o «verdadeiro» socialismo</i>	110
2. O socialismo conservador ou burguês	116
3. O socialismo e o comunismo crítico-utópicos	119
IV POSIÇÃO DOS COMUNISTAS	
FACE AOS DIFERENTES PARTIDOS	
DA OPOSIÇÃO	127
NOTAS	131

INTRODUÇÃO

O *Manifesto Comunista* foi pela primeira vez publicado em Londres em fevereiro de 1848. Escrito originalmente em alemão, encontra-se agora traduzido em quase todas as línguas, não sendo possível apurar o número exato de edições a que já foi sujeito. Algumas iniciativas editoriais resultaram de expedientes militantes, caso de uma edição portuguesa de 1893, da responsabilidade de uma «Bibliotheca Revolucionária Socialista», na cidade do Porto. Muitas outras edições surgiram depois da Revolução de Outubro de 1917, beneficiando dos recursos editoriais e financeiros do Estado soviético. Com o correr do século xx, o texto acabou por ser integrado

em catálogos de imprensa universitária, como a prestigiada Oxford University Press, e pela sua edição igualmente hoje se interessam grandes empresas dedicadas ao negócio do livro, caso da Penguin.

A quantidade de estudos que *O Manifesto Comunista* motivou e continua a suscitar é abundante. Alguns trabalhos têm-se debruçado sobre as condições em que o texto foi elaborado, discutindo o seu estilo de escrita, a preponderância de Karl Marx (1818-1883) sobre Friedrich Engels (1820-1895) ou ainda a genealogia de um determinado termo por eles utilizado. Outras investigações têm incidido sobre a receção e circulação das várias edições; elaboram mapas e cronologias detalhadas, analisam incidentes de tradução, deixam pistas para uma história das múltiplas vidas d'*O Manifesto Comunista*. Em programas universitários de ensino e investigação, o texto vai sendo merecedor de estudo, do que é exemplo *The Cambridge Companion to the Communist Manifesto*, livro integrado

numa coleção onde se incluem trabalhos sobre a *República* (de Platão), o *Leviathan* (de Thomas Hobbes) e poucas obras mais.¹

A muitos historiadores, *O Manifesto Comunista* surge como uma fonte histórica. Leem-no com a distância a que o passado os obrigará, uma distância que isente o texto dos usos e abusos passionais a que foi sendo exposto ao longo de quase dois séculos — paixões intensas e de sentidos tão opostos que o fizeram motivo tanto de censura como de leitura obrigatória. Já a partir de campos disciplinares como a Filosofia ou a Teoria Política, *O Manifesto Comunista* tem sido frequentemente encarado enquanto texto antológico: ainda que refletindo uma conjuntura histórica muito particular, conservará um interesse que o fará sobreviver ao tempo de vida dos seus autores. Na Sociologia, acabou por constar como referência bibliográfica primeva, acompanhando a consagração de Karl Marx como «pai fundador» da disciplina, ao lado de nomes como Émile Durkheim (1858-1917) ou Max Weber (1864-1920).

O *Manifesto Comunista* também foi pacientemente estudado e comentado fora da academia, nomeadamente nos meios que envolvem a militância comunista. Realce-se o labor de instituições cuja memória hoje dispensa qualquer enlevo académico, como o Instituto Marx-Engels, criado em Moscovo em 1921 e que teve uma figura central em David Riazanov (1870-1938). O seu trabalho de recolha, conservação, edição e estudo dos escritos de Marx e Engels está na origem do projeto MEGA, *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, que visa a edição crítica e completa das obras, manuscritos e correspondência dos dois autores. Com o fim da União Soviética, este projeto passaria a ser dinamizado pelo Instituto Internacional de História Social, que desde Amesterdão vem articulando uma rede internacional que compromete estudiosos de diferentes países, do Japão aos EUA, passando pela Rússia, a Alemanha ou a França.

Sem prejuízo de poderem ser partilhadas por uma mesma pessoa, as condições de académico

e de comunista tendem a implicar posicionamentos diferentes relativamente à obra de Marx e Engels. A relação dos comunistas com o marxismo implica intimidade — e não distanciamento — entre o sujeito e o objeto. Há uma vinculação identitária ao *Manifesto Comunista*, e sabemos que a leitura do texto frequentemente ritualiza a adesão militante à causa a que o manifesto dá nome. Todavia, para os comunistas, e ainda que seja um texto fundador e orientador que contém princípios constituintes de um futuro por vir, *O Manifesto Comunista* não funciona como um simples manual de instruções, pronto a ser aplicado em qualquer circunstância. Segundo a filosofia marxista da história, esta tem um sentido geral (uma finalidade, se quisermos) que se apura a partir da materialidade da vida humana e cujo conhecimento exige — e para aqui glosarmos o jargão comunista — *a análise da situação concreta*. A realização deste tipo de análise deverá apoiar-se em textos como *O Manifesto Comunista*,

que providencia categorias descritivas, conceitos interpretativos e fórmulas sintéticas que sustentem — mas não que substituam — a prática das análises. Foi Vladimir Lenine (1870-1924), com o imperativo «Aprender, aprender, aprender sempre!», quem proclamou de forma mais audível que os comunistas, ainda que pretendam ensinar à classe operária como comportar-se, não se livram do dever de aprender. Em 1920, numa intervenção publicada pelo jornal *Pravda*, o líder bolchevique afirmou:

«Se o estudo do comunismo consistisse unicamente em assimilar aquilo que está exposto nos trabalhos, livros e brochuras comunistas, poderíamos obter com demasiada facilidade exegetas ou fanfarrões comunistas, o que muitas vezes nos causaria dano e prejuízo, porque esses indivíduos, depois de terem aprendido e lido aquilo que se expõe nos livros e brochuras comunistas, seriam incapazes de combinar todos esses

conhecimentos e não saberiam agir como o exige realmente o comunismo».²

Íntimos de Marx, mas comprometidos com a *situação concreta* e suas exigências, os marxistas entendem que, em matéria de ciência, nada ficam a dever aos acadêmicos, incluindo quando o objeto da investigação é a própria obra de Marx e Engels. Em regra, os marxistas tomam-se por vacinados contra preconceitos de natureza ideológica que afetem a produção de conhecimento. Frequentemente, identificam esses preconceitos a montante do conhecimento produzido por quem não se filia no marxismo, mas, quanto ao seu socialismo, esse, tendem a designá-lo científico. Afirmam acerca de outras ideologias o que os historiadores comentam a respeito da memória e outras formas de ser sensível e fazer sentido do passado: eles tendem a ser científicos e objetivos; elas, politicamente condicionadas e subjetivamente enviesadas. Voltarei a esta questão no final desta introdução.

Em suma, *O Manifesto Comunista* foi escrito com o objetivo de assegurar a limpidez do que até então, e segundo Marx e Engels, teria uma consistência espectral: «Já é tempo de os comunistas exporem abertamente diante do mundo inteiro a sua forma de ver as coisas, os seus objetivos, as suas tendências, e de contraporem à fábula do espectro do comunismo um manifesto do próprio partido» (p. 50), escreveram os autores em 1848. Contudo, *O Manifesto Comunista* não pretendeu elencar soluções e medidas concretas de que os comunistas ou o movimento operário fizessem uso na sua ação mais imediata; o fulgor e ambição que *O Manifesto Comunista* acusa não impediu que aí se afirmasse que os comunistas «não estabelecem princípios específicos pelos quais pretendem moldar o movimento proletário» (p. 81). *O Manifesto Comunista* não é um exercício de filosofia abstraído da contenda política, nem um programa concreto de intervenção política.³

O Manifesto Comunista

O Manifesto do Partido Comunista

Um espectro move-se pela Europa — o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa se aliaram numa perseguição religiosa movida contra esse espectro: o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e polícias alemães.¹⁸

Haverá algum partido da oposição que não se tenha visto difamado como comunista pelos seus adversários no governo, algum partido da oposição que não tenha arremessado de volta a injuriosa acusação de comunismo quer contra os membros mais progressistas da oposição, quer contra os seus adversários reacionários?

Deste facto decorrem duas coisas.

O comunismo é já reconhecido como uma potência por todas as potências europeias.

Já é tempo de os comunistas exporem abertamente diante do mundo inteiro a sua forma de ver as coisas, os seus objetivos, as suas tendências, e de contraporem à fábula do espectro do comunismo um manifesto do próprio partido.

Foi com esse fim em vista que comunistas das mais diversas nacionalidades se reuniram em Londres e redigiram o seguinte manifesto, que é publicado em língua inglesa, francesa, alemã, italiana, flamenga e dinamarquesa.

I

Burgueses e proletários¹⁹

A história de toda e qualquer sociedade²⁰, até à data, é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo da gleba, membro das corporações e oficial, em suma, opressor e oprimido, viveram num antagonismo recíproco, travando uma luta incessante, ora dissimulada, ora declarada, uma luta que, de cada vez, terminou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com a ruína mútua das classes em luta.

Nas épocas anteriores da história, encontramos quase por toda a parte uma completa estruturação da sociedade em diferentes ordens sociais, uma diversificada hierarquização das posições sociais. Na Roma Antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média,

senhores feudais, vassalos, membros das corporações, oficiais, servos da gleba, e ainda, em quase todas essas classes, novas hierarquias específicas a cada uma delas.

A moderna sociedade burguesa, que emergiu do desaparecimento da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Limitou-se a colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

O que distingue a nossa época, porém, a época da burguesia, é o facto de ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: burguesia e proletariado.

Dos servos da gleba da Idade Média saíram os cidadãos autónomos²¹ das primeiras cidades; foi a partir destes cidadãos autónomos que se desenvolveram os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América, a circum-navegação de África abriram à burguesia em ascensão um novo território. O mercado das Índias Orientais

e da China, a colonização da América, as relações comerciais com as colónias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral, deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso sem precedentes e, ao fazê-lo, provocaram na sociedade feudal em desintegração um rápido desenvolvimento do elemento revolucionário.

O modo de funcionamento feudal ou corporativo da indústria até então vigente já não chegava para a procura crescente trazida pelos novos mercados. A manufatura veio ocupar o seu lugar. Os mestres das corporações foram substituídos pela classe média industrial; a divisão do trabalho entre as várias corporações desapareceu, substituída pela divisão do trabalho no interior de cada oficina.

Mas os mercados continuavam a crescer, a procura continuava a aumentar. Nem a manufatura era já suficiente. Foi então que a energia a vapor e a maquinaria vieram revolucionar a produção industrial. No lugar da manufatura

surgiu a indústria moderna em grande escala, no lugar da classe média industrial surgiram os milionários industriais, no dos chefes de inteiros exércitos industriais, os burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, propiciado pela descoberta da América. O mercado mundial conferiu ao comércio, à navegação e às comunicações terrestres uma evolução sem limites. Esta, por sua vez, produziu os seus efeitos na expansão da indústria, e assim, ao mesmo ritmo a que se expandiam a indústria, o comércio, a navegação e os caminhos de ferro, a burguesia desenvolveu-se, aumentou os seus capitais e empurrou para segundo plano todas as classes herdadas da tradição da Idade Média.

Vemos, assim, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações radicais nos modos de produção e circulação.

Cada uma destas fases do desenvolvimento da burguesia foi acompanhada do seu correspondente progresso político. Classe oprimida sob

o domínio dos senhores feudais, associação armada e autónoma na comuna²², ora república urbana independente, ora terceira classe da monarquia, sujeita a impostos, depois, na época da manufatura, contrapeso à nobreza na monarquia feudal corporativa ou na monarquia absoluta, principal fundamento das grandes monarquias em geral, a burguesia conquistou por fim, a partir da criação da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo no seio do moderno Estado representativo. O poder estatal moderno não é mais do que um comité que administra os assuntos comuns a toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou na história um papel profundamente revolucionário.

Sempre que chegou ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rompeu de forma impiedosa os mais variados laços feudais que ligavam o ser humano aos seus superiores naturais, e não deixou laço algum entre os homens a não ser o mero interesse,

o insensível «pagamento a pronto». Afogou na água gélida do calculismo egoísta os frêmitos sagrados do fervor devoto, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-burguesa. Dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca e substituiu as inúmeras liberdades asseveradas e adquiridas pela liberdade do comércio sem escrúpulos. Numa palavra, substituiu a exploração, dissimulada sob a capa de ilusões religiosas e políticas, pela exploração pura e dura, declarada, descarada, direta.

A burguesia despojou da sua aura sagrada todas as atividades até então veneráveis e encarradas com piedoso temor. Fez do médico, do jurista, do padre, do poeta, do homem de ciência os seus trabalhadores assalariados.

A burguesia arrancou à relação familiar o seu véu comovente e sentimental e reduziu-a a uma relação puramente monetária.

A burguesia pôs a nu o modo como a manifestação brutal da força, que a reação tanto admira na Idade Média, encontrava na mais indolente

ociosidade o seu complemento perfeito. Foi ela a primeira a demonstrar o que a atividade humana é capaz de realizar. As maravilhas que tornou realidade são em tudo diferentes das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos e das catedrais góticas; as expedições que realizou em nada se parecem com as invasões bárbaras e as Cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, isto é, as relações de produção, ou seja, as relações sociais no seu todo. Ora, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores era, pelo contrário, a manutenção inalterada do antigo modo de produção. O que distingue a época burguesa de todas as outras é o revolucionar contínuo da produção, a destabilização ininterrupta de todas as condições sociais, a eterna incerteza e o movimento perpétuo. Todas as relações estáticas e corroídas, com o seu cortejo de ideias e concepções consagradas pelo tempo, se dissolvem no ar, todas as novas relações se tornam obsoletas antes mesmo

de chegarem a ossificar-se. Tudo o que é instituído e estabelecido evapora-se, tudo o que é sagrado vê-se profanado e, por fim, os seres humanos são forçados a contemplar com um olhar realista a sua condição de vida e as relações que mantêm entre si.

A necessidade de conseguir um escoamento cada vez mais amplo para os seus produtos leva a burguesia a espalhar-se por todo o globo terrestre. Tem por força de se instalar em toda a parte, de se implantar em toda a parte, de estabelecer contactos em toda a parte.

Com a sua exploração do mercado mundial, a burguesia conferiu à produção e ao consumo de todos os países uma forma cosmopolita. Para grande consternação dos reacionários, tirou à indústria o solo nacional de debaixo dos pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e continuam ainda a ser aniquiladas, dia após dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja implantação se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações

civilizadas, suplantadas por indústrias que já não processam matérias-primas nacionais, mas matérias-primas que pertencem às zonas mais remotas, e cujos artigos são consumidos não apenas no próprio país, mas em todas as partes do mundo ao mesmo tempo. No lugar das antigas necessidades, supridas pelos produtos de cada país, surgem novas necessidades que, para se verem satisfeitas, exigem os produtos dos mais longínquos países e climas. No lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento locais e nacionais, surge um intercâmbio universal, uma dependência universal e recíproca das nações. E o que sucede na produção material, sucede também na produção intelectual. Os produtos intelectuais das nações individuais passam a ser um bem comum. A parcialidade e a estreiteza de espírito nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais ganha forma uma literatura mundial.

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com a enorme

facilitação das comunicações, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para o campo da civilização. Os preços baixos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que reduz a escombros todas as Muralhas da China, com que obriga a mais obstinada xenofobia dos bárbaros a capitular. Obriga todas as nações a adotarem o modo de produção da burguesia, caso não queiram arruinar-se; obriga-as a implantarem em si mesmas a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua própria imagem e semelhança.

A burguesia subjugou o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, multiplicou em grande escala o número da população urbana, por contraste com a população rural, e arrancou assim uma parte considerável da população ao idiotismo da vida rural. E assim como tornou o campo dependente da cidade, tornou os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos países civilizados, os povos camponeses dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente.

A burguesia está a abolir cada vez mais a fragmentação dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária deste facto foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas por vagas alianças, com diferentes interesses, leis, governos e direitos aduaneiros, viram-se concentradas numa única nação, num único governo, num único sistema legal, num único interesse nacional de classe, numa única fronteira alfandegária.

Nos pouco mais de cem anos que marcam o seu domínio de classe, a burguesia criou forças de produção mais maciças e colossais do que todas as anteriores gerações juntas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à agricultura, navegação a vapor, caminhos de ferro, telégrafos eléctricos, desbravamento de continentes inteiros, rios tornados navegáveis, populações inteiras que irromperam do solo — que século anterior poderia ter

adivinhado que forças de produção como estas jaziam adormecidas no seio do trabalho social?

Vimos, pois, que os meios de produção e circulação que serviram de fundamento à formação da burguesia foram gerados na sociedade feudal. Numa determinada fase do desenvolvimento destes meios de produção e circulação, as condições segundo as quais a sociedade feudal produzia e fazia as suas trocas comerciais, a organização feudal da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Em vez de impulsionarem a produção, atrasavam-na. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Essas condições tinham de ser desfeitas pela força, e foram desfeitas pela força.

No seu lugar surgiu a livre concorrência, juntamente com a constituição social e política que lhe era apropriada, juntamente com o domínio económico e político da classe burguesa.

Um movimento semelhante desfila agora diante dos nossos olhos. As relações de produção

e circulação burguesas, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que fez aparecer, como que por magia, meios de produção e circulação tão portentosos, assemelha-se ao feiticeiro que já não é capaz de dominar as forças subterrâneas que ele próprio invocou. Há decênios que a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as relações de produção modernas, contra as relações de propriedade, que são as condições de vida da burguesia e do seu domínio. Basta referir as crises comerciais que, com a sua recorrência periódica, põem em causa, de forma cada vez mais ameaçadora, a existência de toda a sociedade burguesa. Durante as crises comerciais é regularmente destruída uma grande parte não só dos produtos fabricados, como também das forças produtivas já criadas. Durante as crises manifesta-se uma epidemia social que teria parecido um absurdo a qualquer uma das épocas anteriores — a epidemia da sobreprodução.

A sociedade vê-se subitamente conduzida de volta a um estado de barbárie momentânea; uma fome, uma guerra generalizada de extermínio parecem ter-lhe tirado todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio parecem ter sido destruídos, e porquê? Porque essa sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas que tem à sua disposição já não servem para impulsionar as relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, são obstruídas por elas; e, assim que ultrapassam este obstáculo, levam toda a sociedade burguesa à desordem, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza que por elas é gerada. — De que maneira supera a burguesia essas crises? Por um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela

exploração mais exaustiva dos antigos mercados. De que maneira, então? Preparando crises mais abrangentes e mais violentas, e diminuindo os meios de evitar essas crises.

As armas com que a burguesia derrotou o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; ela gerou também os homens que virão empunhar essas armas — os trabalhadores modernos, os *proletários*.

À medida que a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve, desenvolve-se, em igual medida, o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só vivem enquanto encontram trabalho, e que só encontram trabalho enquanto o seu trabalho faz aumentar o capital. Estes trabalhadores, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria, como qualquer outro artigo comercial, e estão por isso igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

Com a expansão da maquinaria e a divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo e qualquer caráter autônomo e, assim, todo e qualquer interesse para os trabalhadores. Estes tornam-se meros acessórios da máquina, a quem é exigida apenas a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Os custos originados pelo trabalhador limitam-se, por conseguinte, quase exclusivamente aos meios de que necessita para o seu sustento e para a reprodução da sua raça.²³ Mas o preço de uma mercadoria, e, por conseguinte, também do trabalho, é igual ao seu custo de produção. Como consequência, o desagrado com o trabalho aumenta na mesma proporção em que diminuem os salários. Mais ainda: na mesma proporção em que aumentam a maquinaria e a divisão do trabalho, aumenta também a massa de trabalho, devido quer à multiplicação das horas de trabalho, quer à multiplicação do trabalho exigido num determinado período de tempo, quer ao funcionamento acelerado das máquinas, etc.

«O comunismo não tira a ninguém o poder de se apropriar dos produtos sociais, tira apenas o poder de, por meio dessa apropriação, reduzir à escravidão o trabalho dos outros.»

Contra a exploração e a alienação impostas pela classe dominante e pelo sistema capitalista, Marx e Engels defendem que é o trabalho o verdadeiro gerador de riqueza, e apelam à união da classe proletária na luta pela igualdade e dignidade que apenas uma revolução comunista poderá garantir. O caminho para uma sociedade livre de antagonismos de classes preconiza que quem produz controle os meios dessa produção, e que as condições materiais essenciais para o desenvolvimento de cada um sejam asseguradas por todos.

Publicado pela primeira vez em 1848, um período marcado por uma onda revolucionária na Europa, *O Manifesto Comunista* apresenta, de forma programática, as bases do materialismo histórico e permanece um dos textos políticos mais influentes de sempre.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução de Bruno C. Duarte
Introdução de José Neves



382/63 (*Red Round*)
(óleo sobre tela), 1963

© Rupprecht Geigern /
VG Bild-Kunst, Bonn / SPA,
Lisboa, 2025
© van Ham / Saša Fuis, Köln /
AKG Images / Fotobanco.pt



penguinlivros.pt



[penguinlivros](https://www.facebook.com/penguinlivros)



Penguin
Random House
Grupo Editorial

ISBN: 978-989-589-045-3



9 789895 890453